

Os pomos da discórdia: resistências locais contra a Junta Nacional das Frutas

LEONARDO ABOIM PIRES

leonardo.a.pires@uc.pt

CEIS20/Universidade de Coimbra

Resumo

Este trabalho trata o tema da oposição e resistência ao sistema corporativo em Portugal durante o regime autoritário. Ao examinar uma instituição específica, a Junta Nacional das Frutas, pretendemos demonstrar como o desenvolvimento e a modernização das áreas rurais foi um processo moldado por conflitos locais e atos de luta, em algumas regiões forte e sustentado e em outras praticamente inexistente.

Palavras-chave:

Agricultura; Corporativismo; Movimentos sociais; Junta Nacional das Frutas.

Abstract

This work deals with the theme of opposition and resistance to the corporatism system in Portugal during the authoritarian regime. By examining a specific institution, the *Junta Nacional das Frutas*, we intend to show how the development and modernisation of rural areas was a process shaped by local conflicts and acts of struggle, in some places strong and sustained, in others barely audible.

Key concepts:

Agriculture; Corporatism; Social Movements; Junta Nacional das Frutas.

Introdução

A vertente de controlo social que o Estado Novo possuiu não garantiu, de forma total, que ao longo do seu período de vigência determinados momentos e figuras abalassem e minassem o seu projeto autoritário. A aparente tranquilidade com que o regime se foi estabelecendo em algumas zonas do país contrasta com outras regiões que foram mostrando a sua resistência, sob várias formas e em vários contextos. Surge assim a pergunta que conduziu alguma historiografia mais recente: “quem apoia, quem não apoia?” (Pereira, Domingos, 2010, p. 13).

O estudo sobre a oposição ao Estado Novo encontra-se bem alicerçado no labor académico dos últimos anos, com vários estudos sobre a violência política, a repressão e os vários movimentos de resistência. Para o âmbito temático deste artigo, devemos aludir que para o contexto rural também já é possível encontrar vários trabalhos sobre essas matérias (Carlos 2019; Godinho 2001; Fonseca 2006; Freire 1996, Freire 2004). Dentro deste conjunto, uma das valências que se deve mencionar é a reação suscitada pela edificação da rede de organismos corporativos no território nacional, um dos pilares em que assentou a

durabilidade do regime. No que diz respeito à construção e atuação do Estado corporativo e as oposições desencadeadas nas comunidades, ocorre uma relativa escassez historiográfica, sendo privilegiados “esquemas de análise demasiados presos à lógica institucional do poder público” (Garrido, 2012, p. 153). São as obras e artigos de Fátima Patriarca (1995), Dulce Freire (2002, 2004), Álvaro Garrido (2003) e, mais recentemente, Jorge Mano Torres (2018) que se tornam exceção neste domínio. A análise das várias formas de resistir às múltiplas faces do autoritarismo português, numa perspetiva de baixo para cima e o seu papel na narrativa histórica da resistência continua a ser um caminho por trilhar.

Através deste estudo é nossa intenção perceber algumas destas questões olhando para uma instituição específica, a Junta Nacional das Frutas (JNF), organismo de coordenação económica criado em 1936, responsável pela regulação, fiscalização e orientação das condições em que se exercia a produção do comércio de frutas e produtos hortícolas, além da promoção do seu melhoramento e expansão económica (Pires 2018). O nosso foco cronológico centrar-se-á entre as políticas de estabilização económica dos anos 50, surgidas no rescaldo

da II Guerra Mundial, até ao fim do regime, em 1974, tempo de contestação devido a uma maior pressão dos mercados, consequência das alterações dos padrões de consumo e do ajustamento entre esta realidade e os limites do sector agrário. Esta escolha será uma forma de perceber quais os anticorpos criados pela presença das instituições corporativas em determinadas regiões do país e que movimentos sociais e mecanismos de oposição foram criados de maneira a tentar estabelecer uma barreira ao programa de intenções de modernização, ao controlo socioeconómico e a inserção das comunidades na organização produtiva criada pela exploração capitalista dos recursos agrícolas. Ainda assim, convém frisar a ausência de homogeneidade destes anos, isto é, em termos da relação do regime com as classes rurais, de que a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, em 1969, é um exemplo. Contudo, do ponto de vista estritamente laboral, há continuidade com os anos precedentes, em que as consequências de uma industrialização sem reforma agrária são notórias.

Para o cumprimento de tal objetivo, foi feita uma recolha documental por vários arquivos. Importa notar que a documentação produzida diretamente pela Junta Nacional das Frutas foi, em grande parte, destruída em 1997, após o cumprimento da portaria nº404/80, de 14 de julho

de 1980. Deste modo, para a componente económica, a investigação centrou-se no Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e no Arquivo da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Sobre as implicações sociais, conflitos e lutas do campesinato, a pesquisa foi focada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

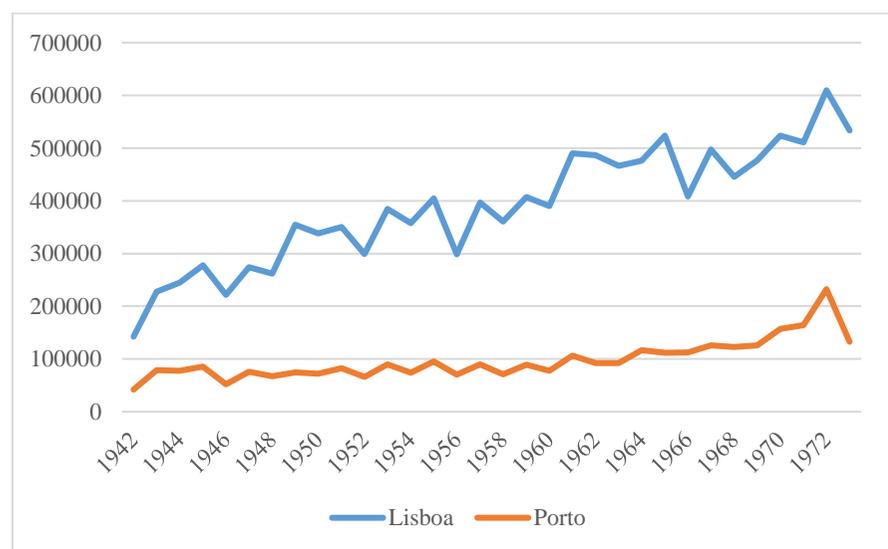
Foi também dada atenção não apenas à imprensa periódica de grande tiragem, como também alguns jornais locais e imprensa clandestina, sobressaindo a importância do PCP através do *Avante!*, *O Camponês*, referente ao Sul do país, e *A Terra*, para a região Norte.

1. O abastecimento urbano

A questão do abastecimento alimentar das cidades não se fez apenas sentir durante a Segunda Guerra Mundial. Os anos seguintes seriam ainda pautados por dificuldades no aprovisionamento de produtos aos principais centros urbanos. Ao nível da governação, várias políticas de estabilização económica foram seguidas, embora a regulação da crise das subsistências tivessem ganho especial destaque com a passagem de Daniel Barbosa no Ministério da Economia (1947-48). Não obstante as soluções encontradas neste período para a questão das sub-

sistências, nomeadamente a importação maciça de produtos ou a criação do Fundo de Abastecimento, em 1947, as condições ideais para um regular fornecimento de géneros às cidades, algo que se mostrava irregular (cf. Gráfico 1), tornou-se um dos tópicos em que se alicerçou a política económica do pós-guerra, ajudada a concretizar através dos organismos de coordenação económica.

Gráfico 1. Abastecimento de fruta a Lisboa e Porto (1942-1973)



Fonte: *Estatísticas Agrícolas.*

A oposição aos ditames estabelecidos pelo governo e executados pela JNF não encontrou apenas nas zonas rurais o seu espaço de concretização, como veremos mais à frente. Nas cidades era palpável algum desconforto perante a atuação deste organismo de coordenação económica

Numa carta redigida por grupo de populares da cidade do Porto e endereçada ao Grémio dos Armazenistas de Mercaria do Norte e à Junta Nacional das Frutas, datada de janeiro de 1953, era feito um libelo acusatório sobre o que havia caracterizado o quotidiano urbano nos tempos precedentes. Desde logo, era salientado que “as famílias remediadas estiolam ao peso desta pouca vergonha de ordem económica, pois os ordenados são misérrimos, não se ganham 4, 5, 6 ou 7 contos como os cães grandes!”. Mais à frente defendia-se que “aos estômagos que não tem pão ou que sofrem as mais duras privações – não se lhes pode dizer que «tenham paciência», pois eles não se po-

dem acomodar, por natureza! Tomem medidas imediatas, prontas, eficientes medidas!”¹. Um pouco mais à frente, em 1958, algumas opiniões colocavam a seguinte questão: “Porque não se remodela a organização da Junta Nacional das Frutas por forma a ela poder colocar as frutas nacionais ao alcance do consumidor por preços não proibitivos, evitando-se a anomalia de a fruta ser vendida ao consumidor por cinco, ou seis, ou dez vezes o que custou no produtor?”².

De um modo geral, esta situação poderá servir de enquadramento às críticas contra a política económica nos anos 50 e 60, existindo uma clara clivagem entre os interesses dos produtores agrícolas e os consumidores em contexto urbano. Era notada pela oposição comunista que “o lavrador produz sem resultado para si próprio pois os lucros são para os vendedores”³. Era neste instável equilíbrio que deveriam ser desenhadas as medidas governativas, sem colocar em causa a base social do apoio ao regime.

2. Agitação em contexto rural

No campo da fruticultura, as resistências nunca se fizeram notar de

forma perentória. Um dos principais fatores explicativos podemos encontrá-lo na divisão da propriedade. Se “nos *campos do Norte* o acesso à terra seria muito disputado e atenuaria a conflitualidade social, nos *campos do Sul*, pelo contrário, não haveria *fome de terra*, estando as relações laborais no centro da *luta de classes*” (Freire, 2013, p. 254). De modo a aferir o seu verdadeiro impacto, poder-se-á referenciar que, em alguns casos, os antagonismos locais surgem como reflexo de reivindicações mais persistentes no tempo e no espaço e, neste grupo, poder-se-á incluir as lutas estritamente ligadas à atividade laboral, como em algumas zonas produtoras de tomate. Noutros casos, porém, o que se vislumbra é o surgimento de lutas em estrita articulação com as mudanças económicas coetâneas que se traduziram numa maior demanda dos consumidores, como ocorreu com a batata, cuja produção aumenta no período em estudo.

Sendo o peso do sector hortofrutícola mais sentido nas zonas a norte do Tejo, embora disperso por várias regiões como a Estremadura, a Beira ou Trás-os-Montes, englobando vários tipos de produtores e com um forte cariz de autossustentabilidade, a produção de frutas acabava

¹ Arquivo da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (doravante ADGTF), Pasta 1, Capilha Confidenciais Gabinete Ministro da Economia, Proc. 1566/18.

² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VII legislatura, n.º 62, 31 de outubro

de 1958, p. 1288.

³ *A Terra*, 2.ª série, n.º 3, setembro de 1963, p. 3.

por induzir a uma tímida voz reivindicativa. As queixas centravam-se no facto de que “os camponeses recebem [da JNF] mais uns tostões no preço; mas no conjunto da produção, quer haja muita ou pouca quantidade, «não tiram os pés da lama»”⁴ e em que, em algumas situações, “as frutas são pagas a \$50 e o consumidor paga-as a 14 e 15\$00”⁵.

Estando organismos corporativos inseridos nas comunidades rurais, é exequível pensar que as formas de oposição estivessem mais próximas de melhorar condições de vida e trabalho, do que propriamente uma tentativa integrada na luta contra o regime, excetuando a conjuntura das eleições de 1958, ainda que não seja de descuidar a presença do PCP em alguns desses conflitos rurais ao longo dos anos.

No seio dessa luta, cujo horizonte de expectativa passava por acudir aos problemas presentes, conta-se a ilha da Madeira, um dos principais centros de cultivo de banana, e onde a ação do organismo de coordenação económica levantou problemas. Em 1957, verificaram-se algumas acusações da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Frutas

da Ilha da Madeira contra o Grémio dos exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, anexo à JNF, existindo “desinteligências várias”⁶, sobre a exportação de banana para Inglaterra. Daqui resultaria um inquérito, concluindo-se a existência, no seio do Grémio, de um apoio oriundo “coligação plutocrata de constituição ilegal”⁷. Mais tarde, algumas vozes pediam que se procedesse à “construção de armazéns destinados à conveniente comercialização da banana e a evitar as grandes perdas resultantes do seu apodrecimento”⁸, à semelhança da política realizada para a batata após o final da II Guerra Mundial. Porém, a atenção conferida pelo governo e pela JNF sobre esta questão não foi ao encontro destas pretensões. Mais tarde, num telegrama dirigido a Marcello Caetano, em 1973, os Exportadores de Banana da Madeira afirmavam que “Intervenção [da] Junta Nacional [das] Frutas na Madeira [é] ineficaz pois absorve diminuta percentagem da produção local e com grandes exigências”⁹. Como solução era sugerida a constituição de postos de venda ao público, algo já realizado em Lisboa, no final dos anos 40.

⁴ *A Terra*, 2ª série, nº 14, setembro de 1966, p. 1.

⁵ *O Camponês*, ano XX, nº 117, julho de 1966, p. 1.

⁶ ANTT, Arquivo Salazar, EC-19, cx. 80, pt 14, 2ª subdivisão, fl. 425.

⁷ ANTT, Arquivo Salazar, EC-19, cx. 80, pt. 18, fl. 525.,

⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VIII legislatura, nº 124, 31 de janeiro de 1964, p. 3068.

⁹ Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Economia (doravante ASGME), Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/080, Processo 20.14/4.

Alguns casos de reivindicação laboral e protestos dos trabalhadores rurais no campo da hortifruticultura foram notados. Embora não visassem diretamente a JNF são sintomáticos de uma realidade transversal a todo o sector primário. Em Alvalade, em 1965, na fábrica de tomate aí localizada, “as jornas são de 20\$00 e nos turnos nocturnos não beneficiam de nenhum aumento salarial”¹⁰. No mesmo ano, em São Domingos da Serra (Santiago do Cacém), ao não verem as suas reivindicações salariais atendidas, “as trabalhadoras [da apanha do tomate] abandonaram o local” e o proprietário da herdade “se quiz o tomate apanhado teve de satisfazer as condições que elas exigiram”¹¹. Mais tarde, em Silves, o pagamento efetuado aos produtores de tomate do concelho pela indústria local era apresentado como “um autêntico negócio montado por capitalistas sobre o esforço e miséria dos camponeses”¹².

3. Conflitos em torno da produção de batata

Já na questão da produção de batata esta tomou proporções que

em determinadas regiões colocaram em causa a estabilidade sociopolítica do salazarismo. Iam surgindo sinais de descontentamento por todo o país devido ao “malfadado problema da batata”¹³, apresentando-se várias formas de luta por parte do campesinato. Em julho de 1954, na localidade de Bustos (Aveiro), 100 agricultores apresentaram uma exposição ao Ministro da Economia, protestando contra o Grémio da Lavoura local, acusando-o de favorecimento dos “grandes lavradores na distribuição de adubos e na armazenagem de batata que tem permitido escandalosas negociatas em prejuízo dos pequenos lavradores”¹⁴. Já em abril de 1958, os trabalhadores das sementeiras de batata de Tortosendo (Covilhã) entraram em greve após o seu pedido para o aumento da jorna ter sido recusado, organizando uma marcha que contou com 160 agricultores. Perante isto, a GNR efetuou várias prisões, 18 no total, sendo alguns transferidos para Lisboa. Todavia, as jornas foram elevadas de 18\$00 para 20\$00¹⁵.

Além das questões salariais dos trabalhadores agrícolas, algo transversal às várias fases do Estado Novo, um dos dilemas surgidos era o que fazer com a produção nacional quando o escoamento da batata de

¹⁰ *O Camponês*, ano XIX, nº 113, dezembro de 1965, p. 2.
¹¹ *O Camponês*, ano XIX, nº 113, dezembro de 1965, p. 2.
¹² *Avante!*, ano 36, série VI, nº 373, dezembro de 1966, p. 3.

¹³ *Lavoura Portuguesa*, ano 44, nº 47, novembro de 1956, p. 6.
¹⁴ *Avante!*, série VI, nº 189, julho de 1954, p. 2.
¹⁵ *Avante!*, série VI, nº 254, 1ª quinzena de maio de 1958, p. 2.

consumo se revelava com problemas, como apontava no relatório final preparatório do II Plano de Fomento, em 1959: “a intervenção adoptada [pela JNF] tem-se revelado ineficaz”¹⁶. Apesar dos problemas de escoamento interno da produção da batata, que se prende também com a ausência de uma eficaz rede de armazenamento, a política agrícola persistiu na manutenção da importação. A regularização do mercado implicava algum intervencionismo que tinha na preocupação com o consumo “uma das traves-mestras da política seguida” (Baptista 1993, p. 203).

Pairando o espectro da “ruína que ameaça milhares de lavradores, rendeiros e trabalhadores”¹⁷, estes viam na JNF uma instituição pouco habilitada a resolver esta situação. Na ausência de “providências mais convenientes e racionais”, os produtores afirmavam que “nada queremos com a Junta!”¹⁸. Era notado que o governo “com a sua política antinacional e demagógica fez importar grandes quantidades de batata americana [...] consequência da desastrosa política”¹⁹ que colocava em causa a sobrevivência dos produtores.

¹⁶ *A Voz da Lavoura*, ano II, n.º 15, 15 de março de 1960, p. 6.

¹⁷ *Avante!*, série VI, n.º 248, 1ª quinzena de fevereiro de 1958, p. 2.

Quadro 1. Batata-semente vendida pelas cooperativas (sacos de 50 kg)

Local	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62
Moimenta da Beira	5758	6518	5460	1793	10486
Bragança	21906	26185	24457	21271	33150
Vinhais	3688	6989	6154	3941	5056
Chaves	30312	52048	40457	39986	42639
Boticas	10984	9086	11498	10776	13407
Montalegre	31294	46741	50199	26765	26055
Monção	18621	11895	21757	19249	16587
<i>Totais</i>	<i>122.563</i>	<i>159.462</i>	<i>159.682</i>	<i>123.781</i>	<i>147.380</i>

Fonte: *Agricultura*, 18 (abril-junho de 1963), p. 60.

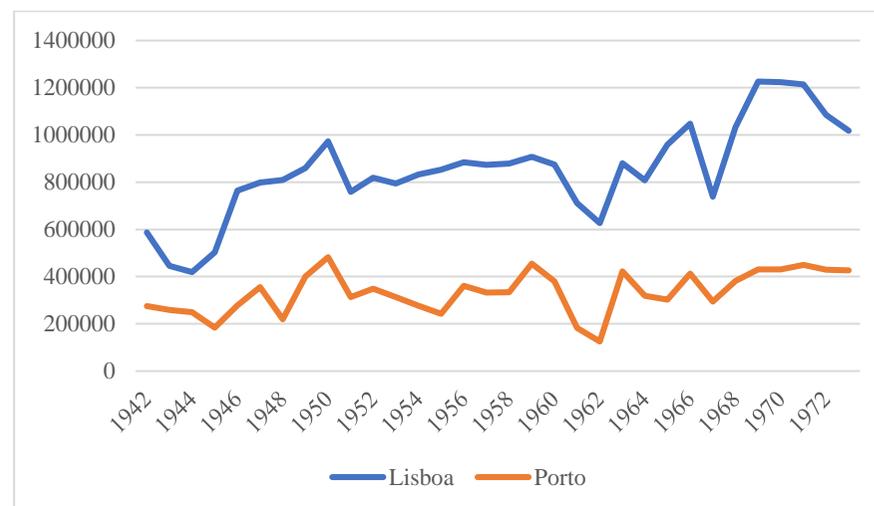
Se se verificar o volume de vendas de batata-semente na rede de cooperativas agrícolas (Quadro 1), entre 1957 e 1962, a campanha de 1957/58 foi a que pior desempenho teve. Exemplos desses problemas surgiram no concelho de Chaves, mas também nos de Boticas, Valpaços e Vinhais que na campanha agrícola de 1957/1958 encontraram

¹⁸ *Jornal de Notícias*, 10 de janeiro de 1958.

¹⁹ *Avante!*, série VI, n.º 134, 2ª quinzena de março de 1949, p. 2.

sérias dificuldades no escoamento da produção por falta de compradores, que afetou cerca de 100.000 pessoas, “na sua esmagadora maioria pequenos proprietários, modestíssimos arrendatários de terras ou pobres jornaleiros”²⁰. Foi inclusivamente sugerido, na Assembleia Nacional, que “o possível excedente do consumo seja utilizado na preparação de amidos, destinados à exportação e indústria de panificações” e que fosse “proibida a venda de batata nova pelo prazo necessário para o consumo da ainda existente no produtor”²¹. Também nas cidades, a sua distribuição era irregular, como é demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Abastecimento de batata a Lisboa e Porto (1942-1973)



Fonte: *Estatísticas Agrícolas.*

Esta foi uma situação que se prolongou nos anos seguintes, acabando por ganhar contornos políticos. Nas eleições presidenciais de 1958, nas quais Humberto Delgado foi o candidato da oposição, e seu res-

²⁰ ANTT, Arquivo Salazar, EC-19, cx. 80, pt 26, fl. 717.

²¹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VI legislatura, nº 188, 14 de março

de 1957, p. 368.

caldo, a organização corporativa era vista como a responsável por diversos problemas, como em Felgar (Batalha), “onde o povo ordeiro e trabalhador se está debatendo numa crise terrível, sem interesse para ninguém, mas com manifesto gáudio dos inimigos da situação”²².

No tema em estudo, nesta conjuntura política, “o caso da batata desempenhou papel de relevo”²³ em Chaves. Aliás, no Norte, as “votações pro Humberto partiram da revolta contra aquilo a quem chamam “tolices do Ulisses”²⁴ acerca do magno problema da batata”²⁵. O próprio candidato ia ao encontro de algumas das intenções dos rurais, tendo afirmado, num discurso em Bragança, que pretendia “acabar com os grémios, por ser uma exploração do povo, do lavrador”²⁶. A irradiação da campanha chegou ao ponto de filiados na União Nacional e dirigentes corporativos apoiarem a candidatura. Foi o caso de Francisco Rodrigues Alves, produtor agrícola e presidente do Grémio da Lavoura de Chaves que foi “um elemento muito activo da oposição na campanha eleitoral passada”²⁷.

A intervenção na JNF nos circuitos comerciais da batata “começou a produzir nesta região efeitos contraproducentes e até de descrédito para a legislação tomada” e movimentações e inquietações por parte “[d]os chamados da oposição e até muitos da situação”²⁸. O incómodo causado suscitou a censura de algumas notícias referentes aos problemas da comercialização da batata²⁹, em vários concelhos como o do Sabugal³⁰ e o de Viseu³¹. Embora as agitações camponesas verificadas no Norte não se comparem ao que ocorreu no Alentejo e Ribatejo onde, em 1962, “no seguimento das movimentações cíclicas realizadas no período das ceifas, centenas de milhares de assalariados rurais mobilizaram-se na luta pelas oito horas de trabalho e por jornas superiores” (Pimentel, 2012, p. 394), em Trás-os-Montes e Alto Douro também os trabalhadores rurais apresentaram um alinhamento mais alargado com a oposição a Salazar.

Sobre a atuação da JNF, em anos de grande produção, comprava batata de consumo aos produtores, para evitar o aumento dos. Importa

²² ANTT, União Nacional, cx. 452, mc. 1005, fl. 186.

²³ ANTT, Arquivo Salazar, EC-22, cx. 83, capilha 4, fl. 14.

²⁴ Referência ao Ministro da Economia, Ulisses Cortês.

²⁵ ANTT, Arquivo Salazar, EC-22, cx. 83, pt. 1, fl. 2v.

²⁶ ANTT, Arquivo Salazar, PC-51, cx. 563, capilha 24, fl. 711.

²⁷ ANTT, União Nacional, cx. 452, mc. 1005, fl. 467.

²⁸ ADGTF, Comissão de Coordenação Económica, Pasta 1, Capilha “Batata”, Doc.

2.

²⁹ ANTT, Empresa Pública Jornal O Século, Cortes de Censura de 'O Século', cx. 190, mcs. 241 e 256.

³⁰ ANTT, Empresa Pública Jornal O Século, Cortes de Censura de 'O Século', cx. 203, mc. 257.

³¹ ANTT, Empresa Pública Jornal O Século, Cortes de Censura de 'O Século', cx. 204, mc. 258.

salientar que esta apenas intervinha no mercado neste tipo de ocasiões, assegurando receitas superiores “às que se poderia obter se o mercado funcionasse consoante o livre jogo da oferta e da procura”³². Para Vila Real, este tipo de fiscalização foi defendido pois “esta [região] sofre o choque dos excessos de produção das outras zonas, acabando muitas vezes por não ter venda possível, mercê do aparecimento da batata nova, cultivada em regiões e terras onde muitas outras produções eram igualmente possíveis”³³. A ingerência da JNF não era do agrado de alguns produtores, considerada como um verdadeiro “órgão parasitário”³⁴.

As importações prosseguiram sem que algumas localidades produtoras conseguissem escoar as suas produções. Em Penedono, os agricultores “continuavam em meados de Janeiro [de 1964] com toda a produção por vender” e em Trás-os-Montes muitos eram forçados “a dar a batata a troco de \$60 e mesmo de \$40 por quilo, metade e um terço do custo de produção!”³⁵. Os danos económicos desta política eram evi-

denciados em alguns relatos, como na Bairrada, em que, feitas as contas, um saco de batatas que “produziu 40 arrobas que foram vendidas a 14\$00 e renderam 560\$00, resultando, portanto, um PREJUÍZO DE 98\$00”³⁶.

Situações de confrontação clara entre agricultores e os poderes locais também existiram. Em janeiro de 1964, os trabalhadores agrícolas de Almeida, Malpartida e Vermiosa, no distrito da Guarda, realizaram uma greve. Entre a repressão da GNR e algumas prisões efetuadas, os agricultores conseguiram um aumento da sua jorna, existindo o apelo à luta pelo “justo pagamento e escoamento da batata”³⁷. Denota-se aqui uma aproximação às motivações inerentes às lutas dos trabalhadores alentejanos, isto é, “os rurais lutam pelo emprego, pelo salário, pelo horário de trabalho, por melhor comida, por uma condição de dignidade do trabalhador, perante o lavrador e as autoridades” (Pereira, 1982, p. 126).

Para os comunistas, a atitude governativa enquadrava-se na proteção aos grupos económicos que, no caso deste tipo de produção agrícola,

³² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 310, março de 1968, p. 3.
³³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VIII legislatura, nº 16, 16 de janeiro de 1962, p. 384.
³⁴ *A Terra*, 2ª série, nº 9, dezembro de 1964, p. 1.

³⁵ *A Terra*, 2ª série, nº 18, fevereiro de 1968, p. 4.

³⁶ *Jornal de Notícias*, 9 de abril de 1964.

³⁷ *A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*, 2ª série, nº 6, abril de 1964, p. 3.

resvalava na importância que a CUF tinha na produção de adubos, essenciais na cultura da batata. Fazia-se a seguinte interrogação, que tinha uma óbvia resposta: “Porque é que os adubos são a alto preço? Porque quem os produz é a CUF e outros monopólios do mesmo género que só querem obter fabulosos lucros”³⁸. A questão dos preços será o principal argumento usado no discurso do PCP para tentar arrematar os agricultores do Norte na unidade de resistência ao regime, sendo recorrente o relato do desequilíbrio entre o preço de produção e o preço de venda das batatas. Como aponta Fernando Oliveira Baptista, as intervenções estatais e as políticas públicas para a batata acabou por “sobrepôr a preocupação com o abastecimento aos centros urbanos à atenção dedicada aos problemas dos milhares de pequenos produtores” (Baptista, 1993, p. 207).

Não era apenas a circulação de batata de consumo que se revelava com alguns problemas. Existiram, por vezes, dificuldades com a batata de semente. A solução encontrada pelo governo para os problemas nesta área foi a promulgação da portaria nº 17.905, de 17 de

agosto de 1960, que instituiu a liberdade de importação de batata-semente. Todavia, desde o seu início, a Federação de Grémios da Lavoura da Beira Litoral foi persistente em ser “contra o regime de libertação da importação da batata de semente estabelecido pela Portaria 17.905. Aliás outros sectores têm combatido esse regime”³⁹. Mais tarde, em julho de 1970, produtores de batata de semente de Setúbal apelavam ao Secretário de Estado do Comércio por uma mudança na política de tabelamento de preços de venda da batata, pois a “manobra especulativa dos importadores”, além do “erro do organismo coordenador” na gestão da situação poderia levar à “ruína de alguns milhares de pequenos agricultores daquela zona”⁴⁰.

A abolição das restrições quantitativas na importação de batata-semente, algo que funcionou de forma continuada entre 1952 e 1960, reuniu certas desvantagens para os produtores. Em Trás-os-Montes, a importação de dois milhões de quilos de batata *Arran-Consul*, efetuada em 1972, levou a União das Cooperativas de Batata de Semente de Chaves a afirmar que “tal autorização significaria a paragem com-

³⁸ *O Camponês*, ano XVIII, nº 102, janeiro de 1964, p. 1.

³⁹ ASGME, Expediente Geral (1960-1963), Dossier N01207/088/059, Processo 30.04/26.

⁴⁰ ASGME, Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/080, Processo 20.14/13

pleta das vendas das batatas nacionais com conseqüente ruína de inúmeros pequenos produtores cuja economia só dela”⁴¹. Este problema levava, por parte dos produtores, às seguintes questões: “porque se importa tanta batata, até relaxar o mercado nacional?”⁴² e “então há algum direito que a Junta faça importações de batata de consumo quando a nossa não está ainda vendida?”⁴³.

Já no fim do regime, em março de 1974, surgiram vários protestos no Norte, junto dos grémios da lavoura, contra a falta de adubos, a falta de batata de semente e a especulação que tais produtos eram alvo. Uma vez mais, a crítica à excessiva importação de batata era um dos fundamentos das lutas dos agricultores. A culpa da situação ruínosa em que os pequenos e médios produtores se encontravam era atribuída “ao governo, por intermédio da JNF, que facilita o açambarcamento e o mercado negro da batata de semente”⁴⁴.

As situações mencionadas ilustram um panorama de crescente tensão no sector agrícola, no sentido da sua conversão a diversas exigências sociais e económicas, motivando oposição e críticas sobre a atuação

da JNF. Pelo que foi explanado, e com os dados acima referidos, é possível verificar que enquanto as opiniões da maioria dos habitantes das cidades se revelavam positivas face a política de abastecimento, as queixas dos produtores de batata e de fruta eram recorrentes, havendo apelos para que se exigisse “da Junta Nacional das Frutas e do Governo que tomem desde já providências para o armazenamento de toda a fruta produzida ou a sua comercialização a preços compensadores”⁴⁵. Inclusivamente, como causa para o aumento do fluxo emigratório dos anos 60, era apontada a ação da organização corporativa, “o Grémio e outros intermediários a sugarem-nos, as Juntas das Frutas, do Vinho, etc, a roubarem-nos descaradamente”⁴⁶. Além de ilustrar os paradoxos da sociedade dual em que Portugal se converteu no pós-guerra, o que este rol de eventos e posições demonstra é, ao nível do abastecimento alimentar e da política macroeconómica, a estagnação a que a agricultura foi votada neste período.

Reflexões finais

Entre as funções elencadas por James C. Scott sobre discurso público,

⁴¹ ASGME, Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/086, Processo 20,14/7.

⁴² *O Comércio de Viveres*, ano XLI, nº 1158, 15 de junho de 1970, p. 7.

⁴³ *A Terra*, 2ª série, nº 27, dezembro de 1972, p. 2.

⁴⁴ *A Terra*, 2ª série, nº 34, março de 1974, p. 3.

⁴⁵ *A Terra*, 2ª série, nº 27, dezembro de 1972, p. 3.

⁴⁶ *A Terra*, 2ª série, nº 7, maio de 1964, p. 3.

conta-se a “aparência de unanimidade entre os grupos dominantes e de consentimento entre os subordinados” (Scott, 2013, p. 95). A nível das práticas discursivas emanadas pela JNF, esta situação perpassa em diversas ocasiões, nas quais, os problemas levantados pela sua atuação se mostravam passíveis de resolução expedita. Se atendermos a um nível mais localizado dos visados pela organização corporativa, esse aparente consenso demonstra algumas fragilidades. Embora não se tenham verificado, de forma recorrente, episódios de luta aberta com o referido organismo de coordenação económica, é evidente que este foi alvo de críticas e em determinados períodos ocorreram formas de confronto menos declarado.

Além disso, e seguindo Jenkins (1982), surgem duas motivações para as formas de contestação apresentadas ao longo do texto: relações de classe propiciadoras de situações de desigualdade e tendentes a um sentimento de injustiça no seio das populações; uma situação de precariedade económica que é ameaçada por determinações político-institucionais, colocando em causa as vivências quotidianas. Destarte, a JNF enformava as práticas económicas dos agricultores, que em muitos casos tinham um quotidiano marcado pelas dificuldades e restrições, acentuando as clivagens sociais e que através das suas funções,

previstas na legislação, punha em causa as lógicas organizacionais das comunidades rurais periféricas, fomentando tensões e conflitos.

As principais críticas localizam-se no período do segundo pós-guerra. As mudanças trazidas pelas alterações no consumo forçavam o governo a providenciar soluções que, se no caso das cidades estas aparentavam ser as indicadas, no mundo rural estas eram alvo de muitas críticas. A questão da batata revelou-se como o principal eixo desta problemática, considerando os problemas elencados pela oposição ao regime e pelas próprias estruturas. Não raras vezes os produtores assinalavam a sua fragilidade perante a legislação que ia sendo publicada e que tentava dar cobro aos problemas do consumo alimentar. O lucro pouco compensatório que era obtido despoletou críticas em vários pontos do país, com especial destaque para as regiões transmontana e beirão.

Os movimentos que foi possível mapear vão ao encontro do que caracterizou os conflitos sociais nos campos durante o Estado Novo, oscilando entre momentos de maior efervescência, ocasionados por eventos de maior relevância política e económica, e reivindicações advindas das condicionalidades locais, nomeadamente, exigências de

melhores salários e jornas, horário de trabalho, preços mais justos, entre outras.

Referências Bibliográficas

- Carlos, A. B. (2019). *A greve camponesa de 8 de maio de 1944 em Azambuja e Baixo Ribatejo: história e geografia humana*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Baptista, F. O. (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freire, D. (1996). Greves rurais e agitação camponesa. Em F. Rosas & J.M. B. Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (pp. 404-406). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Freire, D. (2002). Sector vinícola contra a organização corporativa (1933-1937). *Ler História*, 42, 175-198.
- Freire, D. (2004). Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado. Em D. Freire, I. Fonseca & P. Godinho (Coord.), *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)* (pp. 191-204). Lisboa: Edições Colibri.
- Freire, D. (2013). Fome de terra e de trabalho. Rendimentos e identidades no Ribatejo na segunda metade do século XX. Em V. A. Silva & R. M. Carmo (org.), *Mundo rural: mito ou realidade?* (pp. 253-278). São Paulo: Annablume.
- Garrido, Á. (2003). Os bacalhoeiros em revolta: a «greve» de 1937”. *Análise Social*, XXXVII (165), 1191-1211.
- Garrido, Á. (2012). Contextos, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa. Em F. Rosas & Á. Garrido (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (pp.143-164). Coimbra: Almedina.
- Godinho, P. (2001). *Memórias da resistência rural no Sul: Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta.
- Fonseca, I. (2006). *Aivados: posse da terra, resistência e memória no Alentejo*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Jenkins, J. C. (1982). Why do Peasants Rebel? Structural and Historical Theories of Modern Peasant Rebellions. *American Journal of Sociology*, 88(3), 487-514.
- Patriarca, F. (1995). *A questão social no salazarismo, 1930-1947*. Lisboa: INCM.
- Pereira, J. P. (1982). *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*. Mem-Martins: Europa-América.
- Pereira, V. & Domingos, N. (2010). Introdução. Em V. Pereira & N. Domingos (Coord.), *O Estado Novo em questão* (pp. 7-39). Lisboa: Edições 70.
- Pimentel, I. F. (2012). *História da oposição à ditadura: 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- Pires, L. A. A. (2018). *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)* (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Scott, J. C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa. Letra Livre.
- Torres, J. M. (2018). As resistências à organização corporativa portuguesa: a perspectiva regional do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. *Faces de Clio*, 4(18), 101-118.

Nota biográfica:

Leonardo Aboim Pires é licenciado em História (2015) e Mestre em História Contemporânea (2018), pela NOVA/FCSH. Doutorando em Ciências da Sustentabilidade no ICS/ULisboa, com uma bolsa da FCT. É investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20/UC).